



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

PROJETO DE LEI N DE 26 ABRIL DE 2018

24

**"INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO E D OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".**

JURACY DA COSTA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1 - Na implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I, parte integrante desta Lei, o Município de Guatapar deverá articular e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econmicos e financeiros para garantia da execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei n 11.445/2007.

Art. 2 - São diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Básico a melhoria da qualidade dos serviços de saneamento básico, a garantia dos benefícios da salubridade ambiental para toda a população, a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e o fortalecimento dos instrumentos disponíveis ao Poder Público e à coletividade.

Pargrafonico. Na implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, deverão ser considerados:

I-O Plano Regional Integrado de Saneamento Básico da UGRHI 9 e;

II- O Plano de Bacia Hidrográfica Rio Mogi Guaçu

Art. 3- Para efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

I- Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

Guatapar, 26 de abril de 2018.

"A coragem cresce com a ocasião."
William Shakespeare

J U S T I F I C A T I V A

Encaminhamos para apreciação dessa Casa de Leis o Projeto de Lei que "institui o plano municipal de saneamento básico e dá outras providências."

Os serviços públicos de saneamento básicos possuem natureza essencial e são prestados com base nos princípios da universalidade de acesso; integralidade, compreendendo as atividades de cada um dos serviços de saneamento básico, propiciando  população o acesso na conformidade de suas necessidades; abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo dos resíduos sólidos e manejo de águas pluviais realizadas de forma adequada  saúde pública e  proteção do meio ambiente; bem como a disponibilidade e adoção de métodos que não causem risco  saúde pública.

Assim, Senhor Presidente, diante das razões ora veiculadas, submeto  apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que é um marco no desenvolvimento de políticas públicas de saneamento no Município de Guatapar com vistas  assegurar melhores condições de vida  população, atendendo às diretrizes da Lei Nacional e dada a relevância da matéria solicito que faça tramitar a presente proposta sob o regime de urgência previsto no artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, a expressão do meu elevado apreço e distinta consideração.


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

DOS INSTRUMENTOS

Art. 7° Os programas e projetos específicos, voltados à melhoria da qualidade e ampliação da oferta dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e drenagem constituirão os instrumentos básico para a gestão dos serviços, devendo incorporar os princípios e diretrizes contidos nesta Lei.

Parágrafo nico. Os programas e projetos específicos do setor de saneamento básico deverão ser regulamentados por Decretos do Poder Executivo Municipal, na medida em que forem criados, inclusive com a especificação dos recursos orçamentários a serem aplicados.

Art. 8° A implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico, a cargo da Secretaria Municipal de Administração, pressupõe a participação dos diversos agentes envolvidos, inclusive os demais órgãos e entidades da Administração pública Municipal, operadores dos serviços, associações de bairro e demais entes da sociedade civil organizada.

DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES ENVOLVIDOS COM O
SANEAMENTO BÁSICO

Art. 9° A prestação dos serviços de saneamento básico é de titularidade do Poder Executivo Municipal e poderá ser delegada a terceiros somente mediante lei aprovada pelo Poder Legislativo Municipal específica para concessão ou permissão do serviço, sob o regime de direito público, para execução de uma ou mais atividades.

É 1°. A delegação da prestação dos serviços de saneamento básico não dispensa o cumprimento, pelo prestador, do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I.

É 2° Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I.

É 3° Os contratos mencionados no caput não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações dos serviços contratados.

 4° No caso de mais de um prestador executar atividade interdependente de outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato, devendo entidade pnica ser encarregada das funções



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

de regulação e fiscalização, observado o disposto no art. 12, da Lei n 11.445/2007.

 5 Na hipótese de entidade da Administração Pública Municipal ser contratada para a prestação de serviços de saneamento básico nos termos do presente artigo, deverá submeter-se às regras aplicáveis aos demais prestadores.

Art. 10 O Município deverá regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, ficando desde já autorizada a delegar essas atividades a entidade reguladora independente, constituída dentro dos limites territoriais do Estado de São Paulo, nos termos do  1 do art. 23 da Lei n 11.445/2007.

Pargrafonico. Caberá ao ente regulador e fiscalizador dos serviços de saneamento básico a verificação do cumprimento do Plano Municipal de Saneamento Básico, Anexo I desta Lei, por parte dos prestadores dos serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

Art. 11 Com forma de garantir a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico são deveres dos prestadores dos serviços:

I-prestar serviço adequado e com atualidade, na forma prevista nas normas técnicas aplicáveis e no contrato, quando os serviços forem objeto de relação contratual;

II-prestar contas da gestão do serviço ao Município de Guatapar quando os serviços forem objeto de relação contratual, e aos usuários, mediante solicitação por escrito;

III-cumprir e fazer cumprir as normas de proteção ambiental e de proteção  saúde aplicáveis aos serviços;

IV-permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes dos serviços;

V- zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço; e

VI- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários  prestação do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se serviço adequado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, bem como a modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Art 12º. Tendo em vista que os usuários diretos e indiretos dos serviços de saneamento básico são os beneficiários finais do Plano Municipal de Saneamento Básico, constituem seus direitos e obrigações:

I-receber serviço adequado;

II-receber dos prestadores informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III-levar ao conhecimento do Município de Guatapar e do prestador as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

IV- comunicar às autoridades competentes aos atos ilícitos eventualmente praticados na prestação do serviço;

V-contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 13º Sem prejuízo das sanções civis e pnsi cabíveis, as infrações ao disposto nesta Lei e seus instrumentos, cometidas pelos prestadores de serviços, acarretarão a aplicação das seguintes penalidades, pelo ente regulador, observados, sempre, os princípios da ampla defesa e do contraditório:

I-advertência, com prazo para regularização; e

II-multa simples ou diária.

Art. 14º A advertência poderá ser aplicada mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, se o ente regulador constatar a existência de irregularidades a serem



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

sanadas, lavrará o auto de infração com a indicação da respectiva sanção de advertência, ocasião em que estabelecer prazo para que o infrator sane tais irregularidades.

 2 Sanadas as irregularidades no prazo concedido, o ente regulador certificar o ocorrido nos autos e dará seguimento ao processo.

 3 Caso o autuado, por negligência ou dolo, deixe de sanar as irregularidades, o ente regulador certificar o ocorrido e aplicar a sanção de multa relativa  infração praticada, independentemente da advertência.

 4 A advertência não excluirá a aplicação de outras sanções cabíveis.

Art. 15 Para a aplicação da penalidade da multa, a autoridade competente levará em conta a intensidade e extensão da infração.

 1 A multa diária será aplicada em caso de infração continuada.

 2 A multa será graduada entre 05 e 150 UFESP.

 3 Para cáculo do valor da multa são consideradas as seguintes situações agravantes:

I - reincidência; ou

II - quando da infração resultar, entre outros;

a) Na contaminação significativa de águas superficiais e/ou subterrâneas;

b) Na degradação ambiental que não comporte medidas de regularização, reparo, recuperação pelo infrator ou às suas custas; ou

c) Em risco iminente  saúde pública.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 Constitui rgo executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do Anexo I, a Secretaria Municipal de Administração, na forma da Lei Municipal _____;

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR
"JUNTOS PELA MUDANÇA"

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS 26 DIAS DO MÊS DE ABRIL DE
2018


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal 

